

# ReBraDir:

Revista Brasileira de Direito e Religião









#### ReBraDiR: Revista Brasileira de Direito e Religião

#### **Editor-Chefe**

Ms. Felipe Augusto Carvalho (ANAJURE), BRA

#### **Editores Adjuntos**

Ms. Elden Borges Souza (UFPA), BRA

Ms. Josué Ricardo Menossi de Freitas (IMESP), BRA

### **Conselho Editorial**

Dr. Thomas Schirrmacher (International Institute for Religious Freedom), ALE

Dr. Christof Sauer (Evangelische Theologische Faculteit Leuven), AFS

Dr. Roger Trigg (Universidade de Warnick/Universidade de Oxford), ING

Dr. Mark Hill QC (Cardiff University/King's College London), ING

Dr. Davide Argiolas (Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa), POR

Dr. Mário Reis Marques (Universidade de Coimbra), POR

Dr. Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy (Centro Universitário de Brasília), BRA

Dr. José Eduardo Sabo Paes (Universidade Católica de Brasília), BRA

Dr. Felipe Chiarello de Sousa Pinto (Universidade Presbiteriana Mackenzie), BRA

Dr. Aloísio Cristovam dos Santos Júnior

Ms. André Fagundes (Universidade de Coimbra), BRA

#### **Avaliadores e Pareceristas:**

Dr. Victor Sales Pinheiro Ms. Helder Felipe Oliveira Correia

Dr. Ney Maranhão Ms. Eduardo Azevedo
Dr. Sérgio Queiroz Ms. André Fagundes

Dr. Dilson Cavalcanti Batista Neto Ms. Anderson Barbosa Paz

Ms. Filipe Piazzi Mariano da Silva Ms. Marcela Pimentel Kayembe

Ms. Daniel Jaccoud Ribeiro de Souza

Ms. Elden Borges Souza

Ms. Josué Ricardo Menossi de Freitas

#### Layout capa e Diagramação

Departamento de Imprensa e Eventos / ANAJURE

#### Disponível em:

https://rebradir.anajure.org.br/

#### Circulação

Acesso aberto e gratuito.

Matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores.

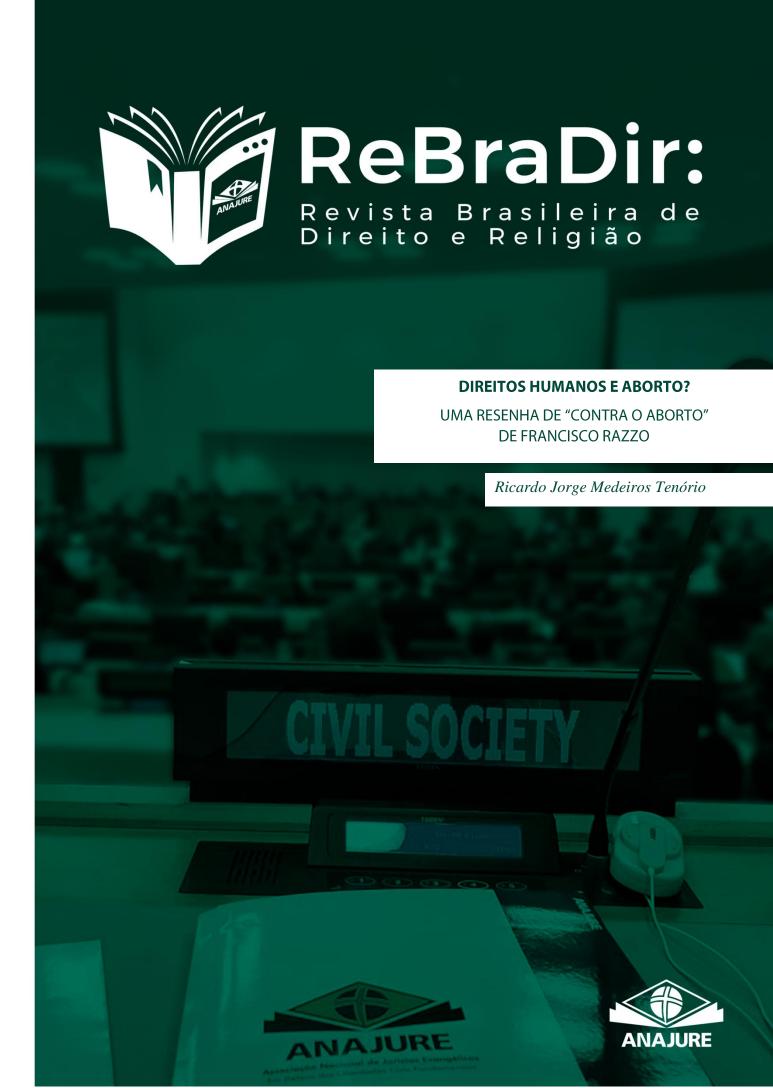
Citação parcial permitida com referência à fonte.



## **SUMÁRIO**

D	DIREITOS HUMANOS E ABORTO?	180
	Ricardo Jorge Medeiros Tenório	
	DEEEDÊNCIAS RIRI IOGDÁEICAS	10/







#### **DIREITOS HUMANOS E ABORTO?**

## UMA RESENHA DE "CONTRA O ABORTO" DE FRANCISCO RAZZO

RAZZO, Francisco. Contra o aborto. 3º ed. Rio de Janeiro: Record, 2018. 365 páginas.

Ricardo Jorge Medeiros Tenório

Atualmente, os direitos humanos são vistos como um núcleo ético mínimo da humanidade. Há autores, como Norberto Bobbio, que entendem superado o debate sobre sua fundamentação, concentrando esforços na sua efetivação e defesa. Outros, como Michael Perry, buscam desenvolver importantes estudos sobre o fundamento.

Marie-BénedicteDembour elencou pelo menos quatro grandes escolas - natural, do protesto, deliberativa e discursiva - sobre os direitos humanos, destinando o campo específico de seu texto para descrever como cada escola entende a questão da fundamentação. Segundo a autora, a escola natural fundamenta os direitos humanos na natureza teriam eles um fundamento ontológico; no mesmo sentido, só que com suas peculiaridades, a escola de protesto, de certa forma, também fundamentou os direitos humanos na natureza; a escola deliberativa entende que o fundamento estaria no acordo, no consenso, todavia ámais ênfase para a justificação do que para a fundamentação dos direitos humanos; e por fim, a escola discursiva, tem pouco interesse no fundamento, afirmando que se ele existisse, estaria na linguagem e não em alguma metafísica.

O texto a seguir resenhado, ainda que não trate especificamente sobre o tema da fundamentação dos direitos

humanos, o aborda ao tratar de questões prévias sobre o aborto, tais como: o status de humano é um dado ou uma construção social? O embrião é uma vida humana? Quem decide o que é e o que não é humano? Assim, antes de se perguntar se a prática do aborto é um direito da mulher, ou uma conquista moderna, ou se a defesa da vida do embrião é apenas uma questão de religião, Razzo se propõe a buscar pelos fundamentos do debate os reais fundamentos numa perspectiva filosófica.

Francisco de Assis Razzo, brasileiro, professor de filosofia e escritor é graduado em filosofia pela Faculdade de São Bento-SP e possui mestrado em filosofia pela PUC-SP. É colunista em diversos portais de notícias e leciona sobre filosofia a quase duas décadas.

A discussão sobre o aborto é sempre atual e polêmica. No debate público, normalmente OS favoráveis grupos ou contrários utilizam-se aborto argumentos oriundos dos mais diversos ramos do conhecimento. Nesta obra, o autor buscou apresentar o debate sobre a perspectiva da filosofia. O livro está dividido em quatro capítulos, sendo o primeiro intitulado "Como o aborto deve ser debatido – e combatido"; o segundo, "Primeiro precisamos falar destas coisas: filosofia, retórica, democracia e violência"; terceiro, "Imposturas intelectuais e políticas: a propaganda próaborto"; e por fim, o quarto capítulo é intitulado "Contra o aborto".

Em que pese o autor apresentar o tema na visão da filosofia, a leitura não exige

profundo conhecimento de filosofia, embora, em alguns tópicos, questões filosóficas complexas sejam expostas.

O livro é introduzido por Gustavo Nogy, que inicia o debate apontando a recente decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF 54 (cujo objeto foia interrupção terapêutica da gravidez de fetos anencéfalos), questionando sobre quem possui o poder de deixar viver ou fazer morrer. Nogy aborda os dois grandes argumentos sobre o aborto: se esse é uma questão de saúde pública ou se é uma questão de foro íntimo da mulher, sendo assim uma decisão exclusiva dela.

No prefácio, explica-se a forma de abordagem que foi utilizada ao tratar o tema. Apresenta-se o conceito de termos chaves, como o conceito da palavra aborto.

Na introdução é exposta a relação entre ideias e suas consequências práticas. Aponta-se que algumas ideias não geram modificações na sociedade, outras, porém, têm aptidão de trazer grandes transformações sociais. O autor faz uma ressalva importante ao indicar que uma mulher prestes a interromper a sua gravidez não necessita de argumentos filosóficos, mas sim de apoio familiar, de amigos e de uma comunidade que a acolha e supra as suas necessidades afetivas.

Razzo afirma que o livro tem como destinatários pessoas que atuam influenciando outras a tomarem decisões morais ruins. Contudo, já que o livro explica o tema e aponta os principais questionamentos e respostas, ajuda também a uma mulher na iminência de fazer um aborto, mas esteja com sérias dúvidas sobre a correção desta decisão.

No primeiro capítulo, "Como o aborto deve ser debatido – e combatido", o autor já expõe sua posição contrária ao aborto, como já se presumi e pelo título da obra. Ele argumenta que o aborto é uma decisão moral, pois a gravidez é decorrente de uma decisão de se relacionar sexualmente. Ainda que a gravidez seja decorrente de um abuso sexual, o aborto continuaria sendo uma decisão moral que implica num julgamento sobre deixar viver ou fazer morrer. Em seguida, explica que as questões centrais do debate são: quais os critérios objetivos que determinam o status pessoal e moral do embrião? O que seria um ser humano? Como decorre o valor da vida humana? O status pessoal e moral do embrião determinado por uma decisão comunidade?

Em continuidade, a discussão entra no campo da metodologia, com explanações sobre o método de investigação e o objeto a ser investigado. Aqui são feitos importantes apontamentos sobre a impossibilidade de utilização de métodos empíricos para a análise de fatos antropológicos, pois estes são objetos de estudo da filosofia e da

antropologia. Introduz ainda a distinção feita por John Locke entre vida humana e pessoa humana. Essa diferenciaçãoserviu de base para a construção de diversos argumentos favoráveis ao aborto. O capítulo é finalizado com a afirmação de que não é porque se tem um sistema nervoso central que se é uma pessoa, pelo contrário, por ser pessoa humana ter-se-á um sistema nervoso central. Este é acessório daquele.

O segundo capítulo possui como título: "Primeiro precisamos falar destas coisas: filosofia, retórica, democracia e violência". Neste,o tema da verdade entra em cena, com uma breve exposição sobre a sofista perspectiva sobre verdade, principalmente, na visão de Protágoras e Górgias. Aduz que, para estes, a verdade é subjetiva e pessoal, não existindo verdades universais ou objetivas. Sendo assim, a justiça será sempre provisória e consensual, com o discurso e a persuasão ganhando papeis de destaque, na medida em que não há realidade, apenas linguagem.

O tema da democracia antiga e moderna é abordado demonstrando o caráter universalizante e abstrato desta última. Com a teoria política de Rousseau, a legitimidade é transferida para o povo, possuidor da vontade geral, sendo o princípio político supremo o consentimento da humanidade. Ao afirmar-se que inexiste realidade objetiva, tudo é determinado pelos representantes do bem - a vontade geral - sendo a própria noção de

humanidade uma criação da linguagem passível de modificação conforme os interesses do momento. Assim se tudo é linguagem e discurso, atribuir ou negar a alguém a qualificação de pessoa humana é somente uma questão de retórica. Afirma o autor que os critérios determinantes do status de "ser humano" e de membro de uma comunidade moral não podem ser determinados por acordos políticos. Como fundamento de seu argumento, é utilizada a concepção filosófica de Kant, entre ser considerado como fim em si mesmo ou como meio.

No terceiro capítulo, "Imposturas intelectuais e políticas: a propaganda próaborto", o famoso caso Roe versus Wade é apresentado como paradigma para o ativismo pró-aborto. Defende o autor que o ativismo pró-aborto se utiliza de diversas estratégias argumentativas, jurídicas, políticas e sociais. A primeira delas seria a despersonalização do embrião com a adoção de termos como: "amontoado de células", "pedaço de protoplasma", entre outros termos. Uma segunda estratégia seria a de levar o debate sobre o aborto para longe da discussão sobre o status de pessoa humana do embrião. Para tanto, o tema é enquadrado como uma questão de saúde pública, ou de direitos sexuais e reprodutivos, ou de liberdade individual da mulher, ou como o direito da mulher sobre seu corpo. Argumenta o autor que, por vezes, o tema é abordado sobre um falso dilema, no qual de um lado se tem a valorização do embrião e consequentemente do outro, uma desvalorização da mulher. Outra estratégia é impor, a quem é contra o aborto, o estereótipo de que ser contra o aborto é ser machista, misógino, intolerante, fundamentalista, além de ser contra a liberdade das mulheres e favorável às mortes de mulheres negras e pobres, vítimas de abortos clandestinos etc.O escritor também dá trabalho destaque ao de organizações, associações e outros entes nacionais e internacionais, os quais, de maneira muito organizada e impositiva, estão lutando para conseguir liberar e fomentar o aborto.

No quarto e último capítulo, intitulado "Contra o aborto", o autor se propõe a enfrentar os principais argumentos utilizados em favor do aborto. Neste capítulo o debate é travado com diversos autores, desde juristas, passando por sociólogos à filósofos, tais como: John Locke, H. TristamEngelhardt Jr., Peter Singer, Mary Anne Warren, Antonio Cícero, Michal J Sandel, Judith Jarvis Thomson, Roderick Long, e muitos outros. Dessa forma, uma ampla gama de argumentos favoráveis contrários ao aborto apresentada, dando leitor subsídios ao valiosos para uma visão global do debate. apresentar importantes fontes Além de bibliográficas, as quais oferecem ao leitor a oportunidade de aprofundamento no assunto.

Em que pese o escritor enfrentar argumentos jurídicos, políticos, sociológicos

e de outras áreas do conhecimento, é em questões filosóficas que concentra sua força argumentativa. As questões elencadas na introdução e no primeiro capítulo são respondidas pelo autor.

Conclui o autor que o aborto é uma decisão que deve ser tomada não apenas pela mulher, mas também pelo seu marido ou companheiro, em um contexto de total esclarecimento sobre o que é um aborto, quais as consequências jurídicas e, principalmente, morais e psicológicas dessa decisão. Apresentauma defesa veemente de que o status de pessoa moral do nascituro não tem origem em uma decisão da comunidade social e política. Faz uma analogia do aborto com a escravidão de negros, como também do holocausto, ao enfatizar que nestes três casos o status de pessoa humana foi negado pela sociedade a estes indivíduos, o que leva a conclusão, pela impossibilidade total, de que um acordo consensual conceda ou negue a dignidade humana de um indivíduo.

O livro é escrito em linguagem acessível, clara e objetiva. O autor é honesto ao dialogar com os principais defensores do aborto, explicando seus argumentos e depois, contra argumentando. A quantidade de publicações sobre o tema do aborto é muito grande e normalmente, os textos, utilizando argumentos jurídicos, sociológicos e econômicos, fazem uma defesa do aborto. A obra de Razzo, nesse contexto, é de grande

importância, seja pelo enfoque filosófico, seja pelo enfrentamento de questões centrais sobre a vida, sobre o que é ser humano, sobre quem decide quem é humano, seja por apresentar uma defesa sólida contrária ao aborto. A distinção feita pelo autor entre métodos de investigação e seus respectivos objetos de estudo é de grande relevância, não só para o debate sobre o aborto, como para qualquer debate. A abordagem filosófica a que se propôs o autor vem a enriquecer o acervo bibliográfico nacional sobre tema. somando-se outras produções em perspectivas distintas. O livro é de leitura obrigatória para quem deseja conhecer o tema ou aprofundar-se nele.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 9º ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DEMBOUR, Marie-Bénédicte.What are humanrights? Four Schools of Thought. *In:* **Humanrightsquartel.** v. 32, n.1, Fev/2010, p. 1-20. The Johns Hopkins University Press.

PERRY, Michal J. Are humanrights universal? The Relativist challenge and related matters. In: Humanrights quartel. v. 19,n. 3, 1997, p. 470. The Johns Hopkins University Press.

RAZZO, Francisco. **Contra o aborto**. 3º ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.



